



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

RELATÓRIO E CONTAS GERÊNCIA 2012

Março, 2013



POPH

Qualificar É Crescer



República Portuguesa



UNião Europeia de
Países da Europa



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**



RELATÓRIO e CONTAS GERÊNCIA 2012



INDICE

INDICE.....	4
INDICE DE FIGURAS.....	6
INDICE DE QUADROS	7
INDICE DE TABELAS.....	8
SIGLAS E ABREVIATURAS	9
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO.....	10
1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	10
1.1 - <i>Visão</i>	10
1.2 - <i>Missão</i>	10
1.3 - <i>Valores</i>	10
1.4 - <i>Política da qualidade</i>	10
1.5 - <i>Estratégia</i>	11
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DIREÇÃO	12
3. ORGANOGRAMA.....	19
4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	20
4.1 – <i>Identificação</i>	20
4.2 – <i>Sede</i>	20
4.3 – <i>Lar Residencial</i>	21
4.4 – <i>Horário de Funcionamento</i>	21
5. INTRODUÇÃO.....	21
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2012.....	23
CAPITULO II – RECURSOS HUMANOS	24
1. INTRODUÇÃO.....	24
2. QUADRO DE PESSOAL.....	24
3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	25
4. ACIDENTE DE TRABALHO E BAIXAS MÉDICAS	27
5. ENTRADAS E SAÍDAS DE PROFISSIONAIS	27
6. SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO	27
CAPITULO III – ATIVIDADE.....	28
1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	28
1.1 <i>Enquadramento</i>	28
1.2 <i>Objetivos</i>	28
1.3 <i>Serviços</i>	29
1.4 <i>Frequência de crianças</i>	29
1.5 <i>Destinatários</i>	29
1.6 <i>Lista de espera</i>	30
2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	30
2.1 <i>Enquadramento</i>	30
2.2 <i>Objetivos</i>	30
2.3 <i>Destinatários</i>	30
2.4 <i>Serviços</i>	31
2.5 <i>Frequência dos Clientes</i>	31

2.6 Lista de espera	31
3. LAR RESIDENCIAL	32
3.1 Enquadramento	32
3.2 Objetivos	32
3.3 Destinatários.....	32
3.4 Serviços	32
3.5 Frequência dos clientes.....	33
3.6 Lista de Espera	33
4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES.....	33
5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	34
6. AMBIENTE	35
CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36
1.1 Características das demonstrações financeira	36
1.2 Continuidade.....	37
1.3 Regime de acréscimo (periodização económica)	37
1.4 Consistência de apresentação	37
1.5 Materialidade e agregação	38
1.6 Informação comparativa	38
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	39
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	42
3. BALANÇO	42
4. ANEXO	44
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:	44
1.1 Designação da entidade:	44
1.2 Sede:	44
1.3 Natureza da atividade:	44
1.4 Registo	44
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	44
2.1 Indicação e justificação das disposições do SNC.....	44
2.2 Indicação e comentário às demonstrações financeiras	45
2.3 A adoção do SNC-ESNL.....	45
3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS	46
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.	46
3.1.1 Bases de apresentação de demonstrações financeiras	46
3.1.2 Continuidade	46
3.1.3 Regime do acréscimo (periodização económica).....	46
3.1.4 Consistência de apresentação	46
3.1.5 Materialidade e agregação	47
3.1.6 Compensação	47
3.1.7 Informação comparativa	47
3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro	47
3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas	47
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:	48
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	48
6. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	49
7. LOCAÇÕES.....	49
8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	49

9. INVENTÁRIOS.....	49
10. RÉDITO	50
11. PROVISÕES	51
11.1 A adoção do SNC-ESNL.....	51
12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:.....	51
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	51
14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	52
15. OUTRAS INFORMAÇÕES	52
15.1 Diversos.....	52
15.2 Depósitos bancários.....	53
15.3 Estado e Outros Entes Públicos.....	53
15.4 Outras Contas a Receber e Pagar	54
15.5 Fornecimentos e serviços externos	55
16 FLUXOS DE CAIXA	56
16.1 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais – método direto.....	56
17. RÁCIOS.....	57
17.1 Fundo maneio	57
17.2 Liquidez Geral e Liquidez imediata	57
17.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento	58
5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO.....	59
6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI	60
7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL	61
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	62
CAPITULO VI - DIVERSOS.....	63
1. CONCLUSÕES.....	63
2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	64
3. PERSPETIVAS D EVOLUÇÃO	65
4. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2012.....	65
5. REFERENCIAS FINAIS.....	66

INDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – QUADRO PESSOAL EM 31 DEZ 2012	25
FIG. 2 – RESULTADO LIQUIDO	41



INDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – QUADRO PESSOAL DISTRIBUÍDO PELAS RESPOSTAS SOCIAIS	24
QUADRO 2 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E IDADES DO QUADRO PESSOAL.....	25
QUADRO 3 – AÇÕES DE FORMAÇÃO DOS COLABORADORES	26
QUADRO 4 – BAIXAS MÉDICAS E ACIDENTES DE TRABALHO EM 2012	27
QUADRO 5 – ENTRADAS E SAÍDAS DE PESSOAL EM 2012.....	27
QUADRO 6 – FREQUÊNCIA CRIANÇAS EM 2011 E 2012 IPI	29
QUADRO 7 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES EM 2011 E 2012 - CAO.....	31
QUADRO 8 – FREQUÊNCIA EM 2011 E 2012 CLIENTES - LAR	33
QUADRO 9 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES DE SERVIÇOS TERAPIAS COMPLEMENTARES	34



INDICE DE TABELAS

TABELA 1 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS POR NATUREZA	39
TABELA 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	42
TABELA 3 – BALANCO 2012	43
TABELA 4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	48
TABELA 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS	49
TABELA 6 - INVENTÁRIOS	49
TABELA 7 – CONTA DE MERCADORIAS EM 2012	50
TABELA 8 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	50
TABELA 7 – PROVISÕES EM 2011	51
TABELA 9 – PROVISÕES EM 2012	51
TABELA 10 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO	51
TABELA 11 – GASTOS COM PESSOAL EM 2011 E 2012	52
TABELA 12 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2011 E 2012	53
TABELA 13 – SALDO DA CONTA DE DIVIDA AO ESTADO	53
TABELA 14 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	54
TABELA 15 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	55
TABELA 16 – FLUXOS CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	56
TABELA 17 – FUNDO DE MANEIRO	57
TABELA 18 – RÁCIO LIQUIDEZ GERAL E IMEDIATA.....	57
TABELA 19 – RÁCIO DE AUTONOMIA FINANCEIRA, SOLVABILIDADE E ENDIVIDAMENTO.....	58
TABELA 20 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CAO	59
TABELA 21 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS CAO	59
TABELA 22 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS DE IPI.....	60
TABELA 23 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DE IPI	60
TABELA 24 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS LAR	61
TABELA 25 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DO LAR	61
TABELA 26 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GASTOS COM O ORÇAMENTO.....	62
TABELA 27 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM O ORÇAMENTO.....	63



SIGLAS E ABREVIATURAS

AFPAD Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência

AT Acidentes de Trabalho

BES Banco Espírito Santo

BM Baixa Médica

BPI Banco Português Investimento

CAO Centro de Atividades Ocupacionais

CHMA Centro Hospitalar Médio Ave

CRPG Centro Reabilitação Profissional Gaia

ELI Equipa Local Intervenção

ESNL Entidades Setor Não Lucrativo

FM Fundo de manei

GST Gabinete Social Terapias

IEFP Instituto Emprego Formação Profissional

IPI Intervenção Precoce na Infância

ISSS Instituto Solidariedade Segurança Social

MG Montepio Geral

NCRF Norma Contabilística Relato Financeiro

NUTS Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

PIIP Plano Individual Intervenção Precoce

R/C Rés-do-chão

SNC Sistema Normalização Contabilização

SNIPI Serviço Nacional Intervenção Precoce na Infância

VNF Vila Nova de Famalicão

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

1.2 - Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiência e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

1.3 - Valores

- Respeito pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- Confidencialidade, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- Participação e coresponsabilização, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;
- Motivação e empenho dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- Responsabilidade, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- Lealdade, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

1.4 - Política da qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

1.5 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DIREÇÃO

2012: MAIS UM ANO DE LUTA...

1. O ano de 2012 foi, como todos os anos, um tempo em que a Associação Famalicenses de Prevenção e Apoio à Deficiência teve momentos bons e galvanizadores, mas também momentos maus e difíceis que só com muita persistência e dedicação foram ultrapassados.

2. Os momentos bons estão diretamente relacionados com o cumprimento quase integral do Plano de Atividades aprovado para 2012, com natural destaque para as atividades que envolvem diretamente os clientes da instituição nas três respostas sociais para que tem acordos de cooperação com a Segurança Social.

Dentre as atividades desenvolvidas diariamente e para além daquelas que estão diretamente ligadas ao trabalho socialmente útil, penso ser importante salientar a manutenção das aulas de hidroterapia, educação física, música e dança, e a nova atividade de Boccia, resultado de um protocolo celebrado entre a Associação de Boccia Luís Silva, a Câmara Municipal e a AFPAD.

No que toca a esta última atividade, a trajetória seguida em 2012 culminou já no início de 2013, com a realização de um torneio de Boccia adaptado, realizado no Pavilhão das Lameiras, com a equipa do Lar Residencial “A Minha Casa”, a sagrar-se vencedora e a do CAO a conquistar o segundo lugar.

3. Merecem também um destaque individualizado, as atividades ligadas a “dias especiais”, com realce para as comemorações de Carnaval, o “Dia da Porta Aberta” e o “Almoço de Natal”, com a presença de todos os clientes e colaboradores. O envolvimento de uma empresa de Vila Nova de Famalicão na oferta de prendas de Natal para todos os clientes foi um gesto de grande solidariedade e um ato que não deixou ninguém indiferente.

O envolvimento da comunidade no apoio às ações e às iniciativas da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem vindo a incrementar-se, sendo de toda a justiça salientar o Tribunal de Vila Nova de Famalicão que tem enviado para a associação algumas pessoas a quem foi comutada uma eventual pena por uma doação em dinheiro à instituição, e as agências do BPI da Rua S. João de Deus (VNF) e de Viatodos (Barcelos) que promoveram a angariação de brinquedos e jogos novos para as crianças da valência de Intervenção Precoce.

4. O Gabinete Social de Terapias (GST) deu os primeiros passos em 2012. Foi no mês de Novembro que o GST iniciou a sua atividade, com intervenções nas áreas da Terapia da Fala, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Psicologia.

Até ao ano de 2011, funcionavam na sede da AFPAD um Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), para jovens a partir dos 16 anos e a “Intervenção Precoce na Infância” para crianças portadoras de deficiência ou incapacidade até aos seis anos de idade.

Em 2011, por força de alterações legislativas no âmbito da “Intervenção Precoce”, a AFPAD deixou de prestar o serviço de “Intervenção Precoce na Infância” nas suas instalações, passando a integrar, para a mesma área, a chamada “Equipa Local de Intervenção”(ELI) que incorpora também técnicos do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

A parte do edifício anteriormente ocupada pela “Intervenção Precoce” possui todos os equipamentos necessários à reabilitação possível de crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, já que era essa a sua função antes da criação da “Equipa Local de Intervenção”. Sessões de Fisioterapia, Estimulação Sensorial, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional, entre outras, tinham lugar neste espaço.

É este espaço que a AFPAD está agora a reaproveitar e redimensionar, ao instalar aí o “Gabinete Social de Terapias” que, dando resposta aos seus clientes, se abre também ao exterior e à comunidade, prestando serviços na área da Psicologia, Fisioterapia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional.

Atendendo a todo o historial da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência neste domínio e tendo em conta o “know – how” adquirido, pensa-se que esta é uma alternativa que pode ter sucesso.

Como já foi referido, o Gabinete Social de Terapias (GST) tem as especialidades de Psicologia, Fisioterapia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional. Nesta primeira fase (período experimental) que vigorou até final de Janeiro de 2013, o GST funcionado com regularidade em quase todos os dias da semana, com horários definidos para cada uma das especialidades.

Assim, nesta primeira fase, as sessões de Terapia da Fala e Psicologia têm lugar às quartas e quintas – feiras, entre as 17.30 e as 19.30 horas; as sessões de Fisioterapia têm lugar às terças – feiras, entre as 17.30 e as 19.30 horas, às quintas, também entre as 17.30 e as 19.30 horas, e às sextas – feiras, entre as 14.30 e as 19.30 horas; por sua vez, as sessões de Terapia Ocupacional têm lugar às segundas e às sextas – feiras durante toda a manhã.

A marcação de sessões para as quatro especialidades em funcionamento no GST tem que ser obrigatoriamente feita, por telefone ou pessoalmente, nos serviços administrativos da AFPAD, até

às 17.00 horas da segunda – feira anterior aos dias estabelecidos para a sua realização. Os serviços administrativos encarregar-se-ão do agendamento do dia e hora das sessões, comunicando-o aos interessados.

Trata-se de sessões individualizadas em todas as especialidades, apostando-se, por esta via, na personalização e na conseqüente qualidade do serviço aos clientes. A equipa técnica é uma equipa pluridisciplinar que garante um trabalho participado e integrado, com todas as conseqüências positivas que esta situação pode trazer para a qualidade de vida das pessoas.

Agora há que investir na divulgação e rentabilização deste novo projeto que pode representar, no futuro, uma mais – valia para a instituição.

5. TREVO – Trabalho para obter Resultados com Envolvimento e Valores criando Oportunidades - é o nome do projeto que dá rosto a um grande desafio que a AFPAD (Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência) se propõe concretizar já neste primeiro semestre de 2013.

O projeto nasce de uma candidatura realizada em Janeiro de 2011 ao POPH, tipologia de intervenção 6.4 “Qualidade dos Serviços e Organizações”, no âmbito do Programa Arquimedes – Capacitação e Qualidade nos Serviços Sociais relativos às deficiências e incapacidades em Portugal.

São objetivos deste projeto: modernizar os serviços prestados pela organização, adequando-os aos requisitos da qualidade; promover a capacitação da organização; aperfeiçoar sistemas e práticas de gestão; aperfeiçoar sistemas de gestão dos dirigentes e quadros da organização; identificar necessidades e apoiar o desenvolvimento ao nível das competências técnicas/profissionais; certificar a qualidade da organização, de acordo com o referencial EQUASS (sistema integrado de certificação, formação e consultoria no domínio da qualidade, específico para o sector dos serviços sociais).

Desde Maio de 2011 que a AFPAD se encontra em processo de Consultoria, orientado pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), que englobou 4 fases. Ultrapassadas as três primeiras fases, o processo de Consultoria encontra-se atualmente na fase quatro e última, respeitante à implementação do Plano de Desenvolvimento da Qualidade.

Em Junho deste ano, a AFPAD entrará em processo de certificação que constitui o objetivo último do Projeto TREVO.

6. A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) elaborou e aprovou o seu Plano Estratégico que tem como horizonte temporal o ano de 2014, definindo as grandes metas e objetivos para os próximos tempos.

A AFPAD é uma Instituição para pessoas com deficiências e incapacidades do Concelho de Vila Nova de Famalicão, sem fins lucrativos, que apoia crianças, jovens e adultos e as suas famílias. A Intervenção Precoce na Infância tem acordo de cooperação com a Segurança Social para 40 crianças/famílias, o Centro de Atividades Ocupacionais para 20 clientes/famílias e o Lar Residencial para 12 clientes/famílias.

O Plano Estratégico da AFPAD divide-se em três grandes “eixos” de atuação que passam por garantir, em primeiro lugar, a sustentabilidade económico-financeira da instituição, em segundo lugar, apostar na qualidade e na qualificação e, finalmente, promover o reconhecimento externo da instituição.

Para cada um destes “eixos” são apontadas medidas, ações, projetos e iniciativas tendentes a atingir os objetivos propostos. Aumentar pelo menos em 10% o valor das receitas institucionais, aumentar e qualificar os recursos institucionais e materiais, manter as medidas de equilíbrio dos consumos, expandir a bolsa de voluntariado e aumentar para o dobro o número de associados da instituição, contam-se entre os principais objetivos do primeiro “eixo”.

Assegurar a contínua formação dos colaboradores, capacitar o corpo docente para a prática de supervisão de estagiários, aumentar a participação e envolvimento das famílias nas atividades promovidas pela instituição, partilhar boas práticas entre instituições, promover a avaliação de desempenho, manter e melhorar as relações interpessoais dos colaboradores, implementar e manter um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), conforme o modelo EQUASS, são as principais metas do “eixo” dois, enquanto no que se refere ao reconhecimento externo se pretende ampliá-lo, dando a conhecer à comunidade as práticas e serviços promovidos pela instituição.

Para atingir os múltiplos objetivos de cada eixo está prevista a concretização de múltiplas atividades e iniciativas que vão envolver as famílias, os utentes, o corpo técnico, os dirigentes e todos os colaboradores da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, de forma a torná-la mais operativa e capaz de responder com mais eficácia às solicitações da comunidade.

7. Os objetivos de longo prazo da AFPAD passam pela obtenção de novas instalações para o Lar Residencial, a funcionar em Vermoim, um novo equipamento que se pretende mais amplo, com maior capacidade e mais funcional.

O Lar Residencial que a associação possui tem capacidade para 12 pessoas, o que é pouco, funciona 365 dias por ano e é uma retaguarda indispensável para muitas famílias e sobretudo um espaço familiar e educativo para os clientes.

Em 2001, foi celebrado o acordo de cooperação entre a Associação e o Centro Distrital para o seu funcionamento, significando isto que, em 2013, o Lar Residencial “A Minha Casa” completou onze anos de vida.

Há onze anos atrás, as coisas eram como eram e não se cuidou de questões importantes para o funcionamento do Lar, como seja a “licença de utilização”, uma limitação que tem sido apontada nas inspeções periódicas feitas pelos técnicos da Segurança Social.

Não significa isto que o Lar não funcione com qualidade e dentro dos parâmetros a que as normas e as leis obrigam. O edifício (uma vivenda adaptada) tem somente limitações de carácter físico que é necessário ultrapassar.

Essas limitações foram assinaladas pela Autoridade de Saúde de Vila Nova de Famalicão, entidade a quem a associação se dirigiu com o intuito de obter um parecer favorável relativo às instalações, tendo em vista a obtenção da “licença de utilização”, limitações apontadas também pela Segurança Social na ficha de resultados, elaborada na sequência do Processo de Acompanhamento Técnico Acção II, de 4 de Julho de 2011.

Confrontada com esta situação, a atual direção da AFPAD decidiu encará-la de frente, mandando elaborar um estudo prévio que definisse as intervenções a operar nas atuais instalações, de forma a adequá-las aos requisitos legais vigentes.

No estudo prévio em referência existem duas vertentes essenciais: remodelação do existente e uma componente de construção nova direcionada para uma nova zona de quartos.

Este estudo foi já entregue à Segurança Social, solicitando-se um parecer técnico sobre a intervenção proposta, estando em estudo e análise a resposta entretanto dada pela Segurança Social que aponta para o aprofundamento de questões de natureza operacional e técnica.

Esta operação, a concretizar-se, terá um custo na ordem dos duzentos mil euros, só possíveis de obter através de um canal de financiamento do Estado. A AFPAD luta aqui com uma dificuldade complementar que consiste no facto de não ser a proprietária das instalações. Este é um caso que continua em análise.

8. Termina esta breve “viagem” ao ano de 2012, com o tratamento também breve das questões e dos problemas financeiros da AFPAD.

Como todos os associados têm oportunidade de verificar, as contas de 2012 apresentam um saldo negativo de 27.544,58 euros.

Este saldo negativo deve-se ao pagamento da indemnização a uma ex-funcionária e ao não recebimento do subsídio da Camara Municipal.

Do custo total previsível desta indemnização, a associação já pagou 24.484,67 euros, na sequência de uma penhora efetuada às suas contas bancárias em Novembro de 2012.

Para resolver este problema e outros daí resultantes como o pagamento do subsídio de Natal aos trabalhadores e os pagamentos a fornecedores e poder garantir o funcionamento normal da associação, houve que recorrer à contração de um empréstimo bancário no montante de 35 mil euros. Depois de muita luta, conseguiu-se que o BES emprestasse este montante que a Associação tem que pagar em três anos, em prestações mensais.

É fiadora e garante deste empréstimo a Associação Gerações que tem também no BES um depósito como garantia do pagamento deste empréstimo pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Com os 35 mil euros emprestados pelo BES, a associação pagou os 24.484,67 euros já apurados da indemnização à ex-funcionária e saldou o 15.000,00 euro que tinha pedido emprestados também à Gerações. Ou seja: liquidaram-se compromissos não relacionados com despesas correntes em montante superior ao do empréstimo concedido. Mais concretamente: pediram-se 35 mil e pagaram-se 39.484,67 euros. A Associação conseguiu retirar quase 5.000 euros às suas receitas correntes para completar estes pagamentos.

Mesmo com estas contingências, a Associação tem as suas contas em dia, com todos os encargos assumidos até ao fim do mês de Janeiro de 2013 liquidados!

Uma referência para os custos da alimentação: feitas as contas ao número de refeições servidas por ano pela AFPAD – cerca de 17 490 refeições – o custo unitário de cada uma é de pouco mais de 1 euro!

9. Para “memória futura”, deixo alguns excertos da carta que a AFPAD enviou ao Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, com conhecimento aproximado também à Câmara Municipal, no intuito de obter apoios para os seus problemas financeiros. A carta continua o seu percurso. A AFPAD espera é por resultados concretos. Diz assim:

“Conforme V. Ex^a sabe, com a criação da Equipa Local de Intervenção (ELI), estrutura a que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem afectos três técnicos (psicóloga, assistente social e terapeuta da fala), sendo os restantes da responsabilidade do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, dizia que, com a criação da ELI, a Associação teve que retirar dos quadros, extinguindo o posto de trabalho, uma educadora de infância, já que, na nova estrutura, e segundo a legislação regulamentadora, a colocação das educadoras de infância (em número de três) passou a ser do Ministério da Educação.

Efetivamente, não restava à Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência senão a extinção do posto de trabalho de educadora de infância. Em tempo de racionalização de meios e de custos e com as dificuldades por que passa a Associação, não havia outra alternativa. Se a educadora de infância dos quadros da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência deixou, com a criação da ELI, de ter crianças para acompanhar, e sendo o Ministério da Educação a entidade responsável pela colocação das educadoras, a alternativa não podia ser outra.

A educadora que antes da existência da ELI trabalhava na valência de Intervenção Precoce, acionou judicialmente a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência que tentou, sem resultados, transferir a responsabilidade pela extinção do posto de trabalho para as outras entidades com assento na ELI, já que era obrigada a extinguir esse posto de trabalho, por força da criação de uma nova estrutura no sector da Intervenção Precoce.”

O Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão, após julgamento, deliberou no sentido de ser a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência a indemnizar a trabalhadora, no montante de aproximadamente 40 mil euros, o que nos parece absolutamente injusto, mas uma realidade que temos que acatar.

10. Conclusão: o ano de 2012 trouxe consigo novos projetos e iniciativas e também novos problemas, tendo-se procurado fazer cada vez mais e melhor.

Em nome da Direção, queria agradecer o empenhamento e o trabalho dos colaboradores e técnicos da AFPAD na vida da instituição.

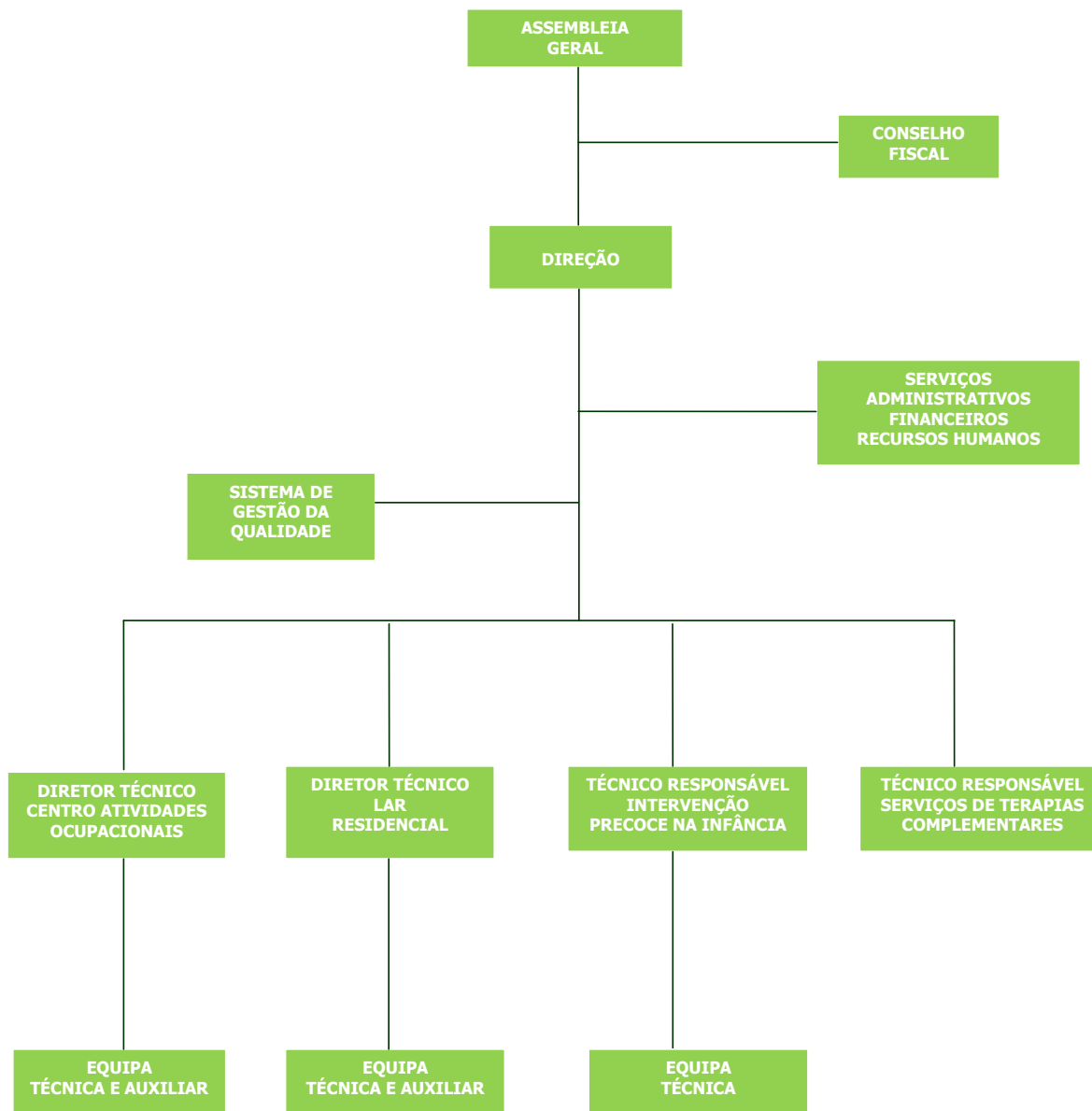
Sem o envolvimento e a dedicação de todos os colaboradores que trabalham nas valências da instituição não seria possível obter os resultados que este Relatório contém e muito menos elaborá-lo com o rigor que o enforma.

Aos colegas de Direção, um muito obrigado pela colaboração prestada em todos os momentos.

Calendário, 22 de Março de 2013.

Mário Martins, Presidente da Direção da AFPAD

3. ORGANOGRAMA



4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

4.1 – Identificação

Designação:	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
Morada:	Rua António Sérgio, 103 4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO
Telefone:	252 378 790 / 252 378 791
E-mail:	geral@afpad.org
Web:	www.afpad.org
Facebook:	http://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-Famalicense-de-Preven%C3%A7%C3%A3o-e-Apoio-%C3%A0-Defici%C3%Aancia-afpad/382500715165197
NIF:	502 914 432
NISS:	2000 494 6450
CAE:	87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento
Matricula:	Inscrição n.º 35/95, de fls. 46 e 46 vº do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social
Publicação:	Diário da República, III Série, n.º 211, 12/09/1995
Região NUTS:	NUTS III – Portugal – Norte - Ave
Caracterização Jurídica:	Outras Associações (IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social)

4.2 – Sede

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência está edificada num edifício composto por R/C e seis andares. A fração autónoma designada pela letra “A” correspondente ao R/C cuja propriedade é da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, conforme escritura efetuada no dia vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, no terceiro cartório notarial do Porto.

O edifício cumpre com todas as regras e normas de segurança exigíveis por lei e oferece as condições mínimas exigíveis para a prática e desenvolvimento das suas atividades, onde possui o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitida pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalício.

O edifício é repartido por sectores, onde funcionam os serviços administrativos, as respostas sociais de Intervenção Precoce na Infância, Centro de Atividades Ocupacionais, Serviços e Terapias Complementares, para além de um espaçoso parque automóvel e com um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências e incapacidades e um lugar para ambulâncias, localizado na via pública mesmo em frente ao edifício.

4.3 – Lar Residencial

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “ A Minha Casa” está edificada num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928 na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.

4.4 – Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da sede é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira:

Abertura: Das 8:30h às 12:30h

e das 14:00 h às 18:00 h

Sábado: Descanso Complementar.

Domingo: Descanso Obrigatório

O Lar Residencial “ A Minha Casa” funciona 24 horas por dia, durante todo o ano.

5. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do número dois do artigo 32º dos Estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, a Assembleia Geral reúne ordinariamente até 31 de Março, para discussão e votação do relatório de contas de gerência, bem como do parecer do conselho fiscal.

Nos termos das disposições estatutárias, compete à Direção elaborar o relato e as contas de gerência, conferindo-lhe, neste domínio, a responsabilidade dos restantes órgãos.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência apresenta o relatório de contas de gerência referente ao ano de 2012, elaborado de acordo com toda a sua atividade desenvolvida durante o período compreendido entre o dia um de Janeiro e o dia trinta e um de Dezembro de 2012.

O presente relatório, visa divulgar e dar a conhecer principalmente aos seus associados, para além de outras partes interessados na informação económica e financeira, a caracterização e o desenvolvimento de toda a sua atividade, exercida no decorrer do ano de 2012, assim como a análise dos resultados através das demonstrações financeiras.

Também divulgamos os factos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2012, assim como os recursos e os meios aplicados, os resultados obtidos e o seu impacto em cada resposta social.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de Março de 2011, que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de Março de 2011, que aprova a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Esta norma (SNC-ESNL) corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

O novo normativo criado pelo referido decreto-lei insere-se na aplicação do sistema de normalização contabilística (SNC) que sucede ao Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Para a sua elaboração foram analisadas as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa), para além de outros documentos e peças contabilísticas extraídas do sistema de gestão SAGE, (programa de contabilidade e de salários entre outros instrumentos informáticos).

Por último, uma referência aos resultados obtidos no período compreendido entre o dia um de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, que apresenta na sua estrutura de gastos o valor total de 420.855,60 € (quatrocentos e vinte mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e sessenta cêntimos) e o valor total de 393.311,02 € (trezentos e noventa e três mil trezentos e onze euros e dois cêntimos) de rendimentos o que evidencia um apuramento de um resultado líquido negativo no valor de 27.544,58 € (vinte e sete mil quinhentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos).

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2012

No dia 1 de Janeiro de 2012, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de Março de 2011, que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL).

A partir de 01 de Janeiro de 2012, passou a vigorar a nova taxa social única que transitou de 20% para 20,4% para as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Terminou a 29 de Fevereiro de 2012, o contrato de Emprego-Inserção celebrado em Março de 2011, ao abrigo da portaria n.º 128/2009 de 30 de Janeiro, da profissional de auxiliar de serviços gerais da candidatura apresentada ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Em 01 de Março de 2012, foi celebrado contrato de trabalho sem termo para a categoria profissional de auxiliar de serviços gerais para a sede.

Relativamente a este contrato de trabalho a entidade beneficiou da isenção dos encargos patronais para a segurança social durante o período de três anos.

No dia 20 de Junho de 2012 foi conhecida a sentença proferida, no âmbito da ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento com o processo n.º 433/11.7TTVNF, da secção única do tribunal do trabalho da comarca de Vila Nova de Famalicão, já transitado em julgado, e a executada foi condenada a pagar à exequente a quantia de 24.925,77 euros.

A partir do dia 01 de Outubro de 2012, o subsídio de refeição devido a todos os colaboradores passou a ser pago em espécie (refeição).

No dia 20 de Novembro de 2012, foram penhoradas as contas bancárias do Banco BPI e Montepio Geral (MG) no valor de 24.925,25 euros e 327.56 euros respetivamente, em consequência do processo do tribunal do trabalho da comarca de Vila Nova de Famalicão.

No dia 01 de Dezembro de 2012, foi nomeada diretora técnica do Lar Residencial a psicóloga Sílvia Manuela Reis Costa Carvalho.

Até 31 de Dezembro de 2012 não foi atribuído qualquer valor de apoio financeiro por parte da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

CAPITULO II – RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇÃO

No corrente ano assistiu-se a significativas alterações estruturais na gestão dos recursos humanos, em que se procedeu à respetiva reorganização e adequação dos recursos existentes, registando-se a entrada e a saída de alguns profissionais.

Em Novembro e Dezembro de 2012 foram contratadas com contrato de trabalho a termo certo duas profissionais para desempenharem funções na resposta social de Lar Residencial, para substituição de baixa médica e férias, respetivamente.

2. QUADRO DE PESSOAL

No quadro seguinte é apresentado a distribuição dos Recursos Humanos que fazem parte do quadro de pessoal, afetos a cada resposta social, à data de 31 de Dezembro de 2012.

N.º	Função	Hab. Literárias	C.A.O.	I.P.I	LAR
1	Assistente Social	Licenciatura	50 %	50 %	
1	Psicólogo	Licenciatura			100 %
1	Psicóloga	Licenciatura	30 %	50 %	20 %
1	Contabilista	Licenciatura	50 %	10 %	40 %
1	Terapeuta da Fala	Licenciatura		100 %	
1	Monitora	10.º Ano			100 %
1	Cozinheira	6.º Ano	100 %		
1	Cozinheira	4.º Ano			100 %
1	Motorista	9.º Ano	90 %		10 %
2	Ajudante Apoio Pessoas	12.º Ano	100 %		
1	Ajudante Apoio Pessoas	6.º Ano	100 %		
3	Ajudantes Ação Direta	9.º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	6.º Ano			100 %
3	Ajudantes Ação Direta	4.º Ano			100 %
3	Ajudantes Ação Direta	6.º Ano			100 %
1	Ajudante Ação Direta	12.º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	9.º Ano	90 %	10 %	

24

Quadro 1 – Quadro pessoal distribuído pelas respostas sociais

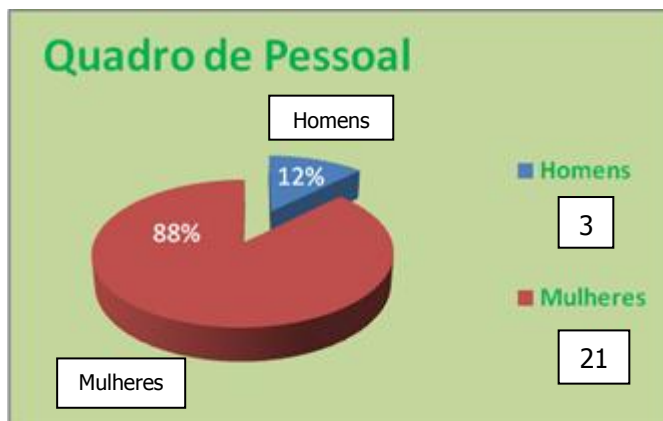


Fig. 1 – Quadro Pessoal em 31 Dez 2012

Os recursos humanos, existentes à data de 31 de Dezembro de 2012, distribuídos por habilitações literárias e idade.

Habilitações Literárias	N.º	Idades	N.º
Mestrado	01	24 a 35 Anos	03
Licenciatura	05	36 a 47 Anos	08
Ensino Secundário (12º Ano)	02	48 a 55 Anos	10
Ensino Secundário (10º Ano)	01	56 a 65 Anos	03
3º Ciclo Ensino Básico (9º Ano)	06	> 66 Anos	
2º Ciclo Ensino Básico (6º Ano)	05	43 Anos	Média
1º Ciclo Ensino Básico (4º Classe)	04		
Total	24	Total	24

Quadro 2 – Habilitações literárias e idades do quadro pessoal

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência labora no regime normal de trabalho de acordo com o Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro de 2009 e posteriores alterações, assim como também aplica o contrato coletivo de trabalho publicado no Boletim de Trabalho e Emprego N.º 6 de 15 de Fevereiro de 2012.

3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O sucesso dos nossos projetos está diretamente dependente da performance individual e coletiva de cada colaborador, pelo que as iniciativas de formação e desenvolvimento dos nossos quadros de pessoal merecem especial atenção e uma cuidadosa e detalhada preparação.

Foi concedido aos colaboradores a possibilidade de frequentarem ações de formação profissional, nomeadamente a frequência de cursos das novas oportunidades e frequência de cursos superiores na área do desenvolvimento pessoal e profissional.

No ano de 2012 a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência realizou e/ou proporcionou aos seus colaboradores as seguintes ações de formação profissional:

Ação/Formação	N.º Horas	Participantes	N.º Horas
Workshop de Deficiência	21 Horas	1 Monitora 2 Ajud. Apoio Pe 1 Ajud. Apoio Pe	21 horas 21 horas 6 horas
Mestrado	Não Aplicável	1 Psicólogo 1 Terapeuta Fal 1 Psicóloga	3 horas 96,5 horas 140 horas
Higiene, Segurança Alimentar	40,5 Horas	1 Auxiliar Serviç 1 Auxiliar Serviç 2 Cozinheiras 1 Ajud. Apoio Pe	32 horas 8 horas 40,5 horas 40,5 horas
Higiene, Segurança Alimentar	4 Horas	4 Aj. Ação Direta 3 Aj. Ação Direta 1 Aux S Gerais 1 Monitora 1 Psicólogo	4 horas 2 horas 4 horas 4 horas 4 horas
Formação em contexto de trabalho	50 Horas	1 Auxiliar Serv	50 horas
Congresso Ibérico	14 Horas	1 Psicóloga 1 Assistente Soci	14 horas 14 horas
Técnicas em instrumentos auditoria	25 Horas	1 Contabilista	25 horas
Encerramento Contabilidade	4 horas	1 Contabilista	4 horas
Consultoria	189 Horas	1 Contabilista 1 Assistente Soci 1 Psicóloga 1 Psicólogo	189 horas 189 horas 182 horas 133 horas

Quadro 3 – Ações de formação dos colaboradores

4. ACIDENTE DE TRABALHO E BAIXAS MÉDICAS

No decorrer do ano de 2012 verificaram-se as seguintes participações à companhia de seguros por acidente de trabalho (AT) e ocorreram as seguintes baixas médicas (BM).

Local	Categoria Profissional	Período	N.º Dias	Motivo
Lar Residencial	Ajudante ação direta	2012-05-12	0 dias	AT
Lar Residencial	Ajudante ação direta	2012-07-19	0 dias	AT
Lar Residencial	Ajudante ação direta	2012-11-28	02 dias	AT
Lar Residencial	Ajudante ação direta	22-03-2012 a 15-04-2012	28 dias	BM
Sede	Psicóloga	17-09-2012 a 26-09-2012	10 dias	BM
Lar Residencial	Monitora	29-10-2012 a 02-11-2012	05 dias	BM
Lar Residencial	Psicólogo	07-11-2012 a 31-12-2012	55 dias	BM

Quadro 4 – Baixas médicas e acidentes de trabalho em 2012

5. ENTRADAS E SAIDAS DE PROFISSIONAIS

Durante o ano de 2012 ocorreram as seguintes entradas e saídas dos seguintes profissionais nos quadros de pessoal da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Data Entrada	Data Saída	Profissão	Local	Motivo
2012-3-01		Aux S Gerais	Sede	Ocupação Vaga
2012-09-01		Ajud Ação Di 2ª	Lar Residencial	Subst B M
2012-12-01	2012-12-15	Aux S Gerais	Lar Residencial	Subs Férias

Quadro 5 – Entradas e saídas de pessoal em 2012

6. SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No âmbito da higiene e segurança no trabalho, foram realizadas todas as ações inerentes a este processo, nomeadamente a medicina no trabalho e a segurança e higiene no trabalho, realizado pela empresa Controlsafe, Lda., beneficiando deste programa de serviços todos os colaboradores do quadro de pessoal.

CAPITULO III – ATIVIDADE

1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

1.1 Enquadramento

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

Legislação aplicável:

Decreto-lei n.º281/2009, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 193 de 06 de Outubro de 2009.

1.2 Objetivos

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem avaliação periódica devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidades de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP) em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular sempre que se justifique com as comissões de proteção de crianças e jovens e com os núcleos da ação de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;

- Assegurar para cada criança processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins de Infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

1.3 Serviços

- Educação de infância
- Psicologia
- Serviço Social
- Fisioterapia
- Terapia da Fala
- Pediatria
- Fisiatra
- Hidroterapia

1.4 Frequência de crianças

O quadro seguinte apresenta o número de crianças que mensalmente usufruíram dos Serviços de Intervenção Precoce na Infância em 2011 e 2012.

Meses	2011	2012
Janeiro	17	50
Fevereiro	17	50
Março	17	55
Abril	18	57
Maio	17	58
Junho	17	60
Julho	17	61
Agosto	17	61
Setembro	26	73
Outubro	32	59
Novembro	45	62
Dezembro	45	69
Média	23	59,5

Quadro 6 – Frequência crianças em 2011 e 2012 IPI

1.5 Destinatários

A resposta social de Intervenção Precoce na Infância abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades

típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social compete, nomeadamente, promover a cooperação ativa com as IPSS e instituições equiparadas, de modo a celebrar acordo de cooperação para efeitos de contratação de profissionais de serviço social, terapeutas e psicólogos para integrarem as Equipas Locais de Intervenção (ELI).

O Acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social é de 40 crianças e durante o ano de 2012 usufruíram do serviço em média 60 crianças por mês.

1.6 Lista de espera

Não aplicável a esta resposta social.

2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

2.1 Enquadramento

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2 Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

2.2 Objetivos

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades;
- Promover estratégias de reforço de autoestima e de autonomia pessoal e social;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;
- Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração socioprofissional.

2.3 Destinatários

- Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva;

- Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

2.4 Serviços

- Atividades socialmente úteis
- Atividades estritamente ocupacionais
- Atividades recreativas e de lazer
- Atividades de vida diária
- Atividades de hidroterapia
- Trabalhos Manuais – Ateliê têxteis

2.5 Frequência dos Clientes

O quadro seguinte apresenta o número de clientes que mensalmente frequentaram o Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2011 e 2012.

Meses	2011	2012
Janeiro	20	20
Fevereiro	20	20
Março	20	20
Abril	20	20
Maiο	20	20
Junho	20	20
Julho	20	20
Agosto	20	20
Setembro	20	20
Outubro	19	20
Novembro	20	20
Dezembro	20	20
Média	20	20

Quadro 7 – Frequência dos clientes em 2011 e 2012 - CAO

O Acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social é de 20 clientes e durante o ano de 2012 usufruíram do serviço 20 clientes por mês.

Durante o ano de 2012, registou-se a saída de seis e entrada seis novos clientes.

2.6 Lista de espera

À data de 31 de Dezembro de 2012 a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 13 clientes em lista de espera.

3. LAR RESIDENCIAL

3.1 Enquadramento

O Lar Residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

3.2 Objetivos

- Disponibilizar apoio residencial permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência;
- Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes;
- Promover estratégias de reforço da autoestima, autonomia pessoal e social dos utentes;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social.

3.3 Destinatários

- Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos;
- Pessoa com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas

3.4 Serviços

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------|
| ➤ Acolhimento prolongado | ➤ Refeições |
| ➤ Acolhimento temporário | ➤ Cuidados de higiene |
| ➤ Acolhimento fins semana e férias | ➤ Atividades diversificadas |

3.5 Frequência dos clientes

No quadro seguinte, é apresentado o número dos clientes que frequentaram esta resposta social durante ano de 2011 e 2012.

Meses	2011	2012
Janeiro	12	12
Fevereiro	12	12
Março	12	12
Abril	12	12
Maió	12	12
Junho	12	12
Julho	12	12
Agosto	12	12
Setembro	12	12
Outubro	12	12
Novembro	12	12
Dezembro	12	12
Média	12	12

Quadro 8 – Frequência em 2011 e 2012 clientes - LAR

O Acordo com o Instituto da Segurança Social contempla 12 clientes e a frequência durante o ano de 2012 foi de 12 clientes.

Durante o ano de 2012, não se registaram entradas nem saídas de clientes.

3.6 Lista de Espera

A resposta social de Lar Residencial à data de 31 de Dezembro de 2012 apresentava 15 clientes em lista de espera.

4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES

Este serviço destina-se a adolescentes com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos, e que não se enquadram nos objetivos das outras respostas sociais, para o qual não existe acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Este serviço tem o objetivo de responder às necessidades de pais e encarregados de educação de crianças a frequentar o Ensino Básico e com necessidade de algum dos serviços, nas modalidades a seguir indicadas:

- Terapias
- Psicologia
- Refeições
- Transporte

No quadro seguinte é apresentado o número de clientes que usufruíram deste serviço no ano de 2012.

Serviços Prestados	Número de clientes
Terapia da Fala	3
Serviços de Psicologia	1
Serviços de Transporte	1
Serviços de refeições	1
Total	6

Quadro 9 – Frequência dos clientes de Serviços Terapias Complementares

5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A qualificação e a certificação da organização é um dos objetivos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência de melhorar a qualidade dos serviços através do desenvolvimento de processos organizacionais, na adequação dos recursos materiais, financeiros e na criação de métodos de intervenção e documentação ajustados às necessidades dos utilizadores dos serviços.

Neste sentido, o desenvolvimento de competências técnicas, de gestão e de complementaridade constitui uma forte aposta da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, que visam a eficiência e a eficácia da intervenção mais adequada para a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades.

No âmbito do programa da implementação do sistema de gestão da qualidade, durante o ano de 2012, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, desenvolveu e implementou ações previstas no plano de desenvolvimento da qualidade, pelo que monitorizou alguns processos através dos procedimentos dos processos chave das respostas sociais do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

Assim, como beneficiou de 27 dias de consultoria efetuadas pelo consultor de referência para apoio ao plano desenvolvimento da qualidade.

À data de 31 de Dezembro de 2012 o plano de desenvolvimento da qualidade encontra-se em atraso em relação a alguns processos e procedimentos relativamente ao previsto no mesmo.

6. AMBIENTE

Em termos de desempenho ambiental, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem vindo progressivamente a contribuir e a promover a defesa do meio ambiente.

Para o efeito tem em curso a implementação de algumas medidas, quer na sede quer no Lar Residencial.

No Lar Residencial continua em curso a operação tampinhas que consiste na recolha de tampinhas plásticas a serem enviadas à empresa Lipor para a reciclagem em troca de material e ajudas técnicas para os clientes.

Assim, como também tem implementado o projeto de reciclagem que consiste na separação de resíduos, papel, vidro, pilhas e plástico que são depositados em recipientes próprios para o efeito. Devido à significativa utilização de medicamentos por parte dos clientes, também está implementado o sistema de recolha de medicamentos fora de uso e de embalagens vazias que são depositados em contentor próprio que posteriormente são entregues na Farmácia de Vermoim.

Ainda no âmbito do ambiente o Lar Residencial efetua a compostagem doméstica que consiste na separação dos resíduos domésticos orgânicos que promove a decomposição destes resíduos que são utilizados como fertilizantes no quintal do Lar Residencial.

Na sede é efetuada a separação das matérias-primas inutilizáveis (Cartão, papel, vidro, plástico, pilhas, metais, madeira, tinteiros, etc.), onde as deposita nos respetivos ecopontos, tendo obtido um certificado de autorização para a deposição de resíduos em ecocentro, passado pela Associação de Município do Vale do Ave.

CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, 1ª Série N.º 48 de 9 de Março de 2011 que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). Esta norma criada pelo referido Decreto-Lei insere-se na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que sucede ao Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A Normalização Contabilística para as ESNL corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro.

As entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

Balanço;

Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão dos recursos a ele confiados.

1.1 Características das demonstrações financeira

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Uma apresentação apropriada exige que uma entidade:

Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL;

Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível;

Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos interessados.

1.2 Continuidade

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir como em entidade em continuidade. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que existam circunstâncias anormais em que se deva considerar um horizonte temporal para a entidade, caso em que no anexo se indica tal facto, assim como os critérios utilizados na elaboração da informação financeira.

No entanto, nas ESNL, este princípio não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes a manutenção da atividade de prestação de serviços da entidade cumprir os fins propostos.

Ao avaliar se o pressuposto da entidade em continuidade é apropriado, o órgão de gestão tomar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir da data do balanço.

O órgão de gestão deve divulgar as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir em continuidade.

1.3 Regime de acréscimo (periodização económica)

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

1.4 Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para outro, a menos que seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação seria mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL.

Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo que a

comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, uma entidade reclassifica a sua informação comparativa.

1.5 Materialidade e agregação

Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Consideram-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que a rodeiam.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa ou anexo.

1.6 Informação comparativa

Regra geral, a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva, quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A Tabela seguinte apresenta os gastos e os rendimentos e respetivos resultados no período de 2011 e 2012.

Demonstração dos Resultados por Naturezas				
Rendimentos e Gastos	2011	2012	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	60.686,40 €	65.761,85 €	8,36 %	+ 5.075,45 €
Subsídios, doações legados á exploração	327.164,77 €	314.697,81 €	- 3,96 %	- 12.466,96 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Trabalho para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	-14.258,35 €	- 20.744,03 €	45,49 %	+ 6.485,68 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 57.790,64 €	- 64.381,52 €	11,40 %	+ 6.590,88 €
Gastos com Pessoal	- 330.187,93 €	- 312.605,29 €	- 5,62 %	- 17.582,64 €
Ajustamentos de Inventário	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	0,00 €	- 132,00 €		+ 132,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	- 10.000,00 €	- 14.484,67 €	44,85 %	+ 4.484,67 €
Provisões Especificas	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outras Imparidades	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	11.921,23 €	12.851,36 €	7,80 %	+ 930,13 €
Outros Gastos e Perdas	- 2.624,45 €	- 251,00 €	- 90,44 %	- 2.373,45 €
Resultado antes de Depreciações	- 15.088,97 €	- 19.287,49 €	28,36 %	+ 4.278,52 €
Gastos/Reversões de Depreciação	- 10.719,22 €	- 8.198,51 €	- 23,52 %	- 2.520,71 €
Resultado Operacional	- 25.808,19 €	- 27.486,00 €	6,50 %	+ 1.677,81 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Juros e Gastos Similares Suportados	- 58,52 €	- 58,58 €	0,10 %	0,06 €
Resultado Antes de impostos	- 25.866,71 €	- 27.544,58 €	6,49 %	+ 1.677,87 €
Imposto sobre Rendimento do Período	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Resultado Líquido do Período	- 25.866,71 €	- 27.544,58 €	6,49 %	+ 1.677,87 €

Tabela 1 – Demonstração resultados por natureza

A rubrica das vendas e serviços prestados resulta da atividade de produtos artesanais e das participações efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial. Apresenta um aumento de 8,36% em relação ao ano anterior e representa 16,72 % do total dos rendimentos.

Desagregando as duas contas as vendas aumentaram 36% (1.140,00 € para 1.552,85 €) e a comparticipação de clientes aumentou cerca de 7,9% (59.546,40 € para 64.209,00 €) de 2011 para 2012. Em valor aumentou 412,85 € nas vendas e 4.662,60 € nas comparticipações de clientes. As vendas representam 0,3% e as comparticipações 16,32% do valor total dos rendimentos.

A rubrica de subsídios, doações legados à exploração representam as transferências efetuadas pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Braga para cada resposta social e o valor de 9.840,00 € do POPH. Regista uma diminuição de 3,96% que se deve essencialmente à não atribuição do apoio financeiro da Cama Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Esta rubrica representa cerca de 80 % do total dos rendimentos.

A rubrica de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas referem-se aos produtos e géneros alimentares consumidos no Centro de Atividades Ocupacionais e no Lar Residencial e apresenta um aumento de 45,49% em relação ao ano anterior e representa cerca de 5% do total dos gastos.

O aumento verificado é justificado pelo aumento dos preços dos produtos e bens, pelo aumento do número de refeições a partir do mês de Outubro com o fornecimento de refeições efetuadas a todos os colaboradores. Outro dos factos que contribui para este aumento foi a troca de método de compra dos produtos e bens, que eram adquiridos através da compra direta nas superfícies comerciais e em ocasiões de promoções para o método da concentração das compras num único fornecedor.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que engloba os consumos de água, energia, eletricidade, combustíveis, gás, material de escritório, comunicações móveis e fixas, reparações e conservação, rendas e alugueres, honorários, serviços especializados, seguros, e outros fornecimentos apresenta um aumento de 11,4% em relação ao ano anterior e representa 15,29% dos gastos totais.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma diminuição em cerca de 5,62% em relação ao ano transato e representa 74,27% dos gastos totais.

A rubrica de provisões apresenta um aumento de 44,85% em relação a 2011 e refere-se ao processo judicial em curso e representa cerca de 3,44% dos gastos totais.

Resultado antes de depreciações que não engloba os valores de gastos com as depreciações e amortizações do período é negativo em 2011 e 2012 e aumentou 28,36% de um ano para o outro.

Resultado operacional que engloba as depreciações e amortizações apresenta um resultado negativo nos dois períodos e diminuiu 23,52% devido a depreciações e amortizações que terminaram o seu ciclo de vida útil.

De acordo com a demonstração dos resultados por naturezas o resultado líquido apurado no ano de 2012 corresponde a um resultado líquido negativo no valor de **-27.544,58 €**.

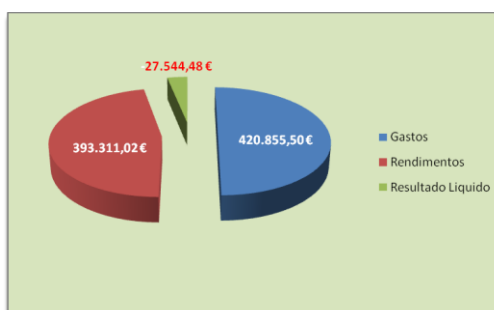


Fig. 2 – Resultado Líquido

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na tabela seguinte apresentamos a demonstração dos fluxos de caixa à data do período findo em de 31 de Dezembro do ano de 2011 e 2012

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		62.097,01 €	57.971,00 €
Pagamentos de Bolsas		- 171,73 €	- 670,40 €
Pagamento de Fornecedores		- 55.194,64 €	- 28.161,00 €
Pagamentos ao Pessoal		- 220.440,31 €	- 224.183,59 €
Caixa gerada pelas operações		- 213.709,67 €	- 195.043,99 €
Outros Recebimentos / Pagamento	16	225.667,68 €	194.188,86 €
Fluxo caixa das atividades operacionais (1)		11.958,01 €	-855,13 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		15.000,00 €	15.000,00 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		- 15.000,00 €	- 15.000,00 €
Juros e Gastos Similares		- 31,67 €	- 53,15 €
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		- 31,67 €	- 53,15 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11.926,34 €	-908,28 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.228,92 €	15.137,20 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26.155,26 €	14.228,92 €

Tabela 2 – Demonstração dos fluxos de caixa

3. BALANÇO

O Balanço é um documento que faz parte das demonstrações financeiras que expressa a situação patrimonial, económico e financeira de uma organização num determinado momento no tempo.

O Balanço está dividido em duas rubricas constituído pelo ativo e fundos patrimoniais e passivo.

O ativo é constituído pelo ativo não corrente e ativo corrente.

A rubrica dos fundos patrimoniais e passivo é constituído pelos fundos patrimoniais, passivo não corrente e passivo corrente.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valores em euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2012	31 DEZ 2011
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5.1	91.984,07 €	99.937,78 €
Bens do Património Histórico e Cultural		0,00 €	0,00 €
Propriedades de Investimento		0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis	6	367,11 €	611,91 €
Investimentos Financeiros		0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00 €	0,00 €
		92.351,18 €	100.549,69 €
Ativo Corrente			
Inventários	9.2	288,30 €	0,00 €
Clientes		2.682,13 €	1.448,00 €
Adiamentos a Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Estado e Outros Entes Públicos		0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00 €	0,00 €
Outras Contas a Receber	18.4	2.629,53 €	12.515,17 €
Diferimentos		78,70 €	0,00 €
Outros Ativos Financeiros		0,00 €	0,00 €
Caixa e Depósitos Bancários	18.2	26.155,26 €	14.228,92 €
		31.833,92 €	28.192,09 €
Total do Ativo		124.185,10 €	128.741,78 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		80.013,98 €	80.013,98 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados		- 41.552,03 €	- 15.685,32 €
Excedentes de Revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		0,00 €	0,00 €
		38.461,95 €	64.328,66 €
Resultado Líquido do Período		- 27.544,58 €	-25.866,71 €
Total do Fundo de Capital		10.917,37 €	38.461,95 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	11.1	24.484,67 €	10.000,00 €
Provisões Específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras Contas a Pagar		0,00 €	0,00 €
		24.484,67 €	10.000,00 €
Passivo Corrente			
Fornecedores		16.085,24 €	8.256,15 €
Adiantamentos de Clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros Entes Públicos	18.3	12.179,16 €	12.386,80 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outras Contas a Pagar	18.4	60.518,66 €	59.636,88 €
Outros Passivos Financeiros		0,00 €	0,00 €
		88.783,06 €	80.279,83 €
Total do Passivo		113.267,73 €	90.279,83 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		124.185,10 €	128.741,78 €

Tabela 3 – Balanço 2012

4. ANEXO

Nos termos da Portaria nº 105/2011, publicado no Diário da República, I Série – N.º 51 de 14 de Março de 2011, as divulgações a efetuar pelas ESNL correspondem às publicadas através do anexo n.º 10 da portaria nº 986/2009, publicado no Diário da República, 1 Série N.º 173, de 07 de Setembro de 2009, com as alterações introduzidas por aquela portaria.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 Designação da entidade:

Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência

1.2 Sede:

Rua António Sérgio, 103 – 4760-298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

1.3 Natureza da atividade:

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento. – CAE 87302

1.4 Registo

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), constituída em 27 de Janeiro de 1993, com registo definitivo de alteração de estatutos lavrado pelo averbamento n.º 6, à inscrição n.º 35/95, a fls.46 e 46 Verso do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado as últimas alterações estatutárias em 30 de Julho de 2012, regendo-se pela legislação legal aplicável e pelos seus Estatutos publicados no portal da justiça em 10 de Agosto de 2012.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência é uma Associação com um número ilimitado de Associados, e de duração por tempo indeterminado.

O seu âmbito de ação abrange preferencialmente as freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicao, a sua ação exerce-se além da sede podendo pontualmente alargar o seu âmbito de ação a outras regiões.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Indicação e justificação das disposições do SNC

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Instituições do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de Março de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

O Anexo II, (a que se refere o n.º 2 do artigo 1º), determina que a base para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF) é composto pelos seguintes instrumentos:

Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) - Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República I Série N.º 48 de 9 de Março de 2011.

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de Março de 2011, devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009, publicado no Diário da República, I Série N.º 173 de 7 de Setembro de 2009, com as alterações introduzidas por aquela Portaria;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 Diário da República I Série N.º 51 de 14 de Março de 2011;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de Março de 2011; e

Normas Interpretativas (NI).

2.2 Indicação e comentário às demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram convertidas de modo a que fosse possível a comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2011 e as Demonstrações Financeiras de 2012.

Em razão desta alteração não resultou nem foi efetuado qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

2.3 A adoção do SNC-ESNL

A adoção do SNC-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, respeitando o estabelecido no § 5; adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL, (Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República, 2 Série N.º 51 de 14 de Março de 2011).

Assim, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência preparou e elaborou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012, aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1.1 Bases de apresentação de demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República I Série, N.º 48 de 9 de Março de 2011.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a AFPAD continuará a operar no futuro, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.3 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a receber e a pagar – devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.4 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.5 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas do anexo.

3.1.6 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.7 Informação comparativa

Ainda que a AFPAD tenha adotado o SNC-ESNL pela primeira vez em 2012, as Demonstrações Financeiras permite a comparação de todas as quantias relatadas com respeito ao período anterior.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência e de duração por tempo indeterminado.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E

ERROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, pelo que não se procedeu a qualquer ajustamento relacionado com o período corrente e/ou o período anterior.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a AFPAD tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações foram calculadas por duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com as percentagens divulgadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro de acordo com o código e divisão do elemento do ativo depreciável ou amortizável.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Terreno	1997	10.599,46 €				10.599,46 €
Edifícios	1997	31.798,36 €	02,00 %	635,97 €	7.631,64 €	24.166,72 €
Edifícios	2001	147.632,79 €	02,00 %	2.952,65 €	97.437,64 €	50.195,15 €
Edifícios	2001	16.776,24 €		0,00 €	16.776,24 €	0,00 €
Edifícios	2001	26.475,29 €	16,66 %	1.765,03 €	26.475,29 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2008	886,67 €	16,66 %	147,84 €	640,64 €	246,03 €
Equipamento Administrativo	2009	799,19 €	16,66 %	133,19 €	599,37 €	199,82 €
Equipamento Administrativo	2009	402,57 €	20,00 %	80,51 €	241,53 €	161,04 €
Equipamento Administrativo	2010	1.440,12 €	20,00 %	288,01 €	690,44 €	749,68 €
Equipamento Administrativo	2011	263,99 €	20,00 %	52,80 €	101,20 €	162,79 €
Equipamento Básico	2009	11.386,29 €	16,66 %	1.897,71 €	5.882,91 €	5.503,38 €
Equipamento Básico	Vários	28.512,67 €		0,00 €	28.512,67 €	0,00 €
Equipamento Transporte	1997	55.366,57 €		0,00 €	55.366,57 €	0,00 €
Ferramentas e utensílios	Vários	3.144,72 €		0,00 €	3.144,72 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	Vários	42.986,30 €		0,00 €	42.986,30 €	0,00 €
TOTAIS		378.471,23 €		7.953,71 €	286.487,16 €	91.984,07 €

Tabela 4 – Ativos fixos tangíveis

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

À data de 31 de Dezembro de 2012 a conta dos ativos intangíveis apresentava os seguintes saldos e as depreciações amortizações foram calculadas de acordo com o quadro seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Programas informáticos	2011	735,31 €	33,33 %	244,80 €	367,20 €	367,11 €
Programas informáticos	2007	940,00 €			940,00 €	0,00 €
TOTAIS		1.674,31 €		244,80 €	1307,20 €	367,11 €

Tabela 5 – Ativos intangíveis

7. LOCAÇÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira, á data de 31 de Dezembro de 2012.

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A quantia do empréstimo obtido durante o período, (ano de 2012), foi liquidado à data de 31 de Dezembro, sem qualquer custo para a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

9. INVENTÁRIOS

O “Inventário” foi registado ao custo de aquisição, à data de 31 de Dezembro de 2012.

No quadro seguinte é apresentado o cálculo do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2012.

Descrição	2011	2012
Saldo Inicial	0,00 €	0,00 €
Compras	14.258,35 €	21.032,33 €
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	0,00 €	288,30 €
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	14.258,35 €	20.744,03 €

Tabela 6 - Inventários

À data de 31 de Dezembro de 2012 a conta mercadorias apresentava o seguinte saldo.

Descrição	Valor - 2012
Géneros alimentares – Centro Atividades Ocupacionais	232,80 €
Géneros alimentares – Lar Residencial	55,50 €
Total	288,30 €

Tabela 7 – Conta de mercadorias em 2012

10. RÉDITO

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro em 2011 e 2012, conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2011	2012
Vendas	1.140,00 €	1.552,85 €
Prestação de Serviços	59.546,40 €	64.209,00 €
Outros Rendimentos e ganhos	11.921,23 €	12.851,36 €
Total	72.607,63 €	78.613,21 €

Tabela 8 – Vendas e prestações de serviços

Vendas – Esta rubrica diz respeito às vendas de trabalhos manuais efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e dos Clientes do Lar Residencial;

Prestação de Serviços – Esta rubrica diz respeito às participações dos clientes do Lar Residencial, do Centro de Atividades Ocupacionais, dos serviços e terapias complementares e quotizações de Associados.

Outros Rendimentos e Ganhos – Esta rubrica diz respeito a rendimentos suplementares relativo a eventos, a donativos monetário e em espécie e ao valor a receber da consignação do 0,5% de IRS relativo a anos anteriores.

11. PROVISÕES

11.1 A adoção do SNC-ESNL

A adoção do SNC-ESNL durante o período de 2011 e 2012 apresentaram as seguintes variações:

2011				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Processos Judiciais curso	0,00 €	10.000,00 €	0,00 €	10.000,00 €

Tabela 7 – Provisões em 2011

2012				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Processos Judiciais curso	10.0000,00 €	44.484,67 €	30.0000,00 €	24.484,67 €

Tabela 9 – Provisões em 2012

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2012 apresentava os seguintes saldos na conta de subsídios e apoio do Governo.

Descrição	2011	2012
ISSS – Centro Atividades Ocupacionais (CAO)	113.262,10 €	114.756,00 €
ISSS – Intervenção Precoce na Infância (IPI)	54.413,60 €	53.884,80 €
ISSS – Lar Residencial “ A Minha Casa”	134.591,04 €	135.797,76 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	4.246,03 €	419,22 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	10.000,00 €	0,00 €
Programa Operacional Potencial Humano (POPH)	9.840,00 €	9.840,03 €
Instituto Nacional Reabilitação (INR)	812,00 €	0,00 €
Totais	327.164,77 €	314.697,81 €

Tabela 10 – Subsídios do governo

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de Dezembro de 2012, não tem aplicações ou instrumentos financeiros.

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência incorreu com os empregados em 2011 e 2012 foram os seguintes:

Descrição	2011	2012
Remunerações do Pessoal	268.739,86 €	260.970,67 €
Encargos Sobre Remunerações	50.090,67 €	48.739,79 €
Seguros de Acidente Trabalho	2.269,73 €	2.165,02 €
Estágios Profissionais	7.126,74 €	0,00 €
Outros Gastos com Pessoal	1.960,93 €	729,81 €
Totais	330.187,93 €	312.605,29 €

Tabela 11 – Gastos com pessoal em 2011 e 2012

O número médio dos recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal em 2011 e 2012 foram de 24 e 23 respetivamente

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Diversos

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nem à Segurança Social, pelo que tem perante estas entidades a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

No dia 20 de Novembro de 2012, foram penhoradas as contas bancárias do BPI e Mg no valor de 24.925,25 euros e 327.56 euros respetivamente, em consequência do processo do tribunal do trabalho da comarca de Vila Nova de Famalicão, que se manteve até ao final do período (31 de Dezembro de 2012).

15.2 Depósitos bancários

Os Depósitos à Ordem em 2011 e 2012 apresentavam os seguintes saldos. No ano de 2012 o saldo do banco BPI está incluído o valor cativo pelo executor de penhora da sentença do tribunal do trabalho da comarca de Vila Nova de Famalicão.

Descrição	2011	2012
Banco BPI	13.901,94 €	25.445,69 €
Banco Montepio Geral	130,12 €	196,25 €
Banco BES	0,00 €	500,00 €
Total	14.032,06 €	26.141,94 €

Tabela 12 – Saldo depósitos bancários em 2011 e 2012

15.3 Estado e Outros Entes Públicos

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2012 a conta de estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2011	2012
Retenção IRS	1.819,00 €	1.648,00 €
Contribuições Seg. Social	10.567,80 €	10.531,16 €
Total	12.386,80 €	12.179,16 €

Tabela 13 – Saldo da conta de dívida ao estado

15.4 Outras Contas a Receber e Pagar

À data de 31 de Dezembro de 2012 as contas de balanço, outras contas a receber e a pagar apresentavam os saldos de acordo com o quadro seguinte.

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar
Serviços Municipais - Agua	50,04 €	
Ministério finanças – Consignação 0,5% IRS	2.253,46 €	
Agente de Execução	326,03 €	
Remunerações a pagar ao pessoal (Sub. Natal)		15.984,22 €
Remunerações a Liquidar (Férias e Sub. Férias)		42.184,15 €
Honorários		380,00 €
EDP – CAO e LAR		376,88 €
Vodafone - Telecomunicações		349,28 €
EDP - Gás		273,91 €
Serviços Municipais - Agua		154,64 €
Juros		26,91 €
Material escritório		38,67 €
Cientes Lar Residencial		750,00 €
Total	2.629,53 €	60.518,66 €

Tabela 14 – Outras contas a receber e a pagar

15.5 Fornecimentos e serviços externos

À data de 31 de Dezembro de 2011 e 2012 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2011	2012
Trabalhos Especializados	11.768,60 €	17.807,04 €
Publicidade e Propaganda	647,26 €	215,26 €
Honorários	5.268,06 €	1.912,90 €
Conservação e Reparação	2.849,32 €	5.636,93 €
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	608,53 €	804,14 €
Livros e Documentação Técnica	7,95 €	2,25 €
Material de Escritório	2.006,72 €	2.135,53 €
Artigos para Oferta	536,96 €	1.556,82 €
Material Didático	597,70 €	528,09 €
Eletricidade	3.715,12 €	3.658,38 €
Combustíveis	8.382,76 €	8.167,26 €
Água	1.263,08 €	1.267,76 €
Outros Fluídos	1.606,39 €	1.859,65 €
Deslocações e Estadas	143,05 €	950,25 €
Rendas e Alugueres	6.296,40 €	6.300,00 €
Comunicação	2.767,91 €	2.530,81 €
Seguros	1.351,43 €	1.351,42 €
Contencioso e Notariado	0,00 €	196,40 €
Limpeza Higiene e Conforto	5.652,76 €	7.013,19 €
Encargos Saúde Clientes	147,02 €	108,44 €
Outros Serviços	2.173,62 €	379,00 €
Total	57.790,64 €	64.381,52 €

Tabela 15 – Fornecimentos e serviços externos

16 FLUXOS DE CAIXA

16.1 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais – método direto

Outros Recebimentos	Valor
Instituto Segurança Social	304.438,56 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	4.418,28 €
POPH	13.284,00 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	5.000,00 €
Vendas	1.552,85 €
Donativos	7.792,30 €
Indeminizações	1.114,91 €
Cotas de Associados	1.467,00 €
Recebimentos Diversos	1.119,64
Total Recebimentos (1)	340.187,54 €
Outros Pagamentos	Valor
Pagamento Contribuições Segurança Social	76.179,95 €
Pagamento Retenções na Fonte (IRS)	13.536,15 €
Pagamento Rendas	6.950,00 €
Pagamento Seguros	3.808,71 €
Pagamentos de Vendas a Dinheiro (Caixa)	2.936,14 €
Pagamentos de Água, Gás, Eletricidade, TV Cabo	7.175,61 €
Pagamento à Vodafone (Telecomunicações)	2.329,51 €
Pagamento União Distrital Instituições Particulares Solidariedade Social (UDIPSS)	220,00 €
Pagamentos Diversos	1.383,79 €
Total Pagamentos (2)	114.519,86 €
Saldo (1-2)	225.667,68 €

Tabela 16 – Fluxos caixa atividades operacionais

17. RÁCIOS

17.1 Fundo maneio

Descrição	2012	2011
Ativo Corrente	31.833,92 €	28.192,09 €
Passivo Corrente	88.783,06 €	80.279,83 €
Fundo Maneio (FM)	- 56.949,14 €	-52.087,74 €

Tabela 17 – Fundo de maneio

O fundo de maneio negativo (FM <0) reflete um desequilíbrio patrimonial e implica uma necessidade de aumentar o ativo corrente.

Pelos dados apresentados na tabela verifica-se que a situação do fundo de maneio agravou-se de 2011 para 2012 em cerca de 5.000,00 €.

De referir que no passivo corrente está representado o valor de 15.984,22 € de subsidio de natal que não foi liquidado no ano de 2012 e o valor de 42.184,15 € de férias e subsidio de férias a liquidar em 2013, mas que dizem respeito a direitos vencidos em 2012.

Para a minimização deste facto a AFPAD nos finais de 2012 solicitou um empréstimo bancário de médio e longo prazo (a pagar em 36 meses) no valor de 35.000,00 € que foi concedido em Fevereiro 2013.

17.2 Liquidez Geral e Liquidez imediata

Descrição	2012	2011
Liquidez geral	0,358	0,351
Liquidez imediata	29,45 %	17,72 %

Tabela 18 – Rácio Liquidez geral e imediata

O rácio de liquidez geral revela a capacidade que uma organização tem em solver as suas obrigações correntes.

Traduz-se num teste de solvência de curto prazo em que o seu resultado deve ser igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo.

Pelo resultado apresentado está longe de obter um equilíbrio financeiro ótimo. De notar que a situação de 2011 para 2012 sofreu um ligeiro agravamento.

O rácio de liquidez imediata traduz os conceitos de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo que uma organização dispõe para fazer face aos passivos circulantes.

Pela análise que verificamos na tabela acima podemos afirmar que a situação melhorou significativamente de 2011 para 2012, passando de 17,72 % para 29,45 %.

Embora tenha aumentado os meios financeiros líquidos mais que o aumento do passivo corrente que também aumentou ligeiramente de 2011 para 2012.

17.3 Autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

Descrição	2012	2011
Autonomia financeira	8,79 %	29,87 %
Solvabilidade	9,63 %	42,60 %
Endividamento	91,20 %	70,12 %

Tabela 19 – Rácio de autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

O rácio da autonomia financeira analisa a parcela dos ativos que é financiada por fundo patrimonial. Traduz a capacidade da organização de financiar o ativo através dos fundos patrimoniais sem ter de recorrer a empréstimos.

Os valores apresentados significam o recurso alargado a financiamento externo e agravou-se de 2011 para 2012, o que significa que obteve maior estabilidade financeira em 2011 e tornou-se mais vulnerável em 2012.

O rácio da solvabilidade é a capacidade da organização para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da organização face aos seus credores.

Este rácio também apresenta um agravamento significativo de 2011 para 2012 tendo aumentado cerca de 33 % de um ano para o outro.

Rácio de endividamento - Este rácio mede a taxa de endividamento total. Agravou-se de 2011 para 2012 em cerca de 21 % ou seja de um ano para outro e significa que os capitais alheios financiam quase a totalidade das aplicações totais.

5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO

Demonstração dos Resultados por Naturezas CAO				
Rendimentos e Gastos	2011	2012	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	15.480,50 €	19.168,89 €	23,83 %	+ 3.688,39 €
Subsídios, doações legados á exploração	121.069,84 €	119.659,70 €	- 1,16 %	- 1.410,14 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	- 6.231,65 €	- 7.478,62 €	20,01 %	+ 1.246,97 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 21.358,26 €	- 23.070,77 €	8,01 %	+ 1.712,51 €
Gastos com Pessoal	- 94.710,94 €	- 89.685,49 €	- 5,32 %	- 5.025,45 €
Imparidades de dívidas a receber	0,00 €	- 132,00 €		+ 132,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	4.497,69 €	4.534,98 €	0,83 %	+ 37,29 €
Outros Gastos e Perdas	- 2.205,85 €	- 92,87 €	- 95,79 %	- 2.112,98 €
Resultado antes de Depreciações	16.541,33 €	22.903,82 €	38,46 %	+ 6.362,49 €
Gastos/Reversões de Depreciação	- 4.172,97 €	- 3.777,96 €	9,47 %	+ 395,01 €
Resultado Operacional	12.368,36 €	19.125,86 €	54,64 %	6.757,50 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Juros e Gastos Similares Suportados	- 21,65 €	- 21,67 €	0,09 %	0,02 €
Resultado Líquido do Período	12.346,71 €	19.104,19 €	54,73 %	6.757,48 €

Tabela 20 – Demonstração resultados CAO

Os gastos representam 29,5 % do total de Gastos e 36,4 % dos rendimentos totais

Rendimentos e Gastos do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2011 e 2012.

Descrição	2011	2012
Rendimento total anual	141.048,03 €	143.363,57 €
Rendimento médio mensal	11.754,00 €	11.946,96 €
Gasto total anual	128.701,32 €	124.259,38 €
Gasto médio mensal	10.725,11 €	10.354,95 €
Gasto médio mensal por cliente	536,25 €	517,75 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	473,89 €	478,15 €

Tabela 21 – Rendimentos e gastos médios CAO

6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI

Demonstração dos Resultados por Naturezas IP				
Rendimentos e Gastos	2011	2012	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	0,00 €	277,78 €		+ 277,78 €
Subsídios, doações legados á exploração	62.219,01 €	53.926,73 €	- 13,33 %	- 8.292,28 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 5.930,68 €	- 4.507,09 €	- 24,00 %	- 1.423,59 €
Gastos com Pessoal	- 62.089,82 €	- 42.841,22 €	- 31,00 %	- 19.248,60 €
Provisões (aumentos/reduções)	- 10.000,00 €	- 14.484,67 €	44,85 %	+ 4.484,67 €
Outros Rendimentos e Ganhos	2.236,14 €	2.751,41 €	23,04 %	+ 515,27 €
Outros Gastos e Perdas	-41,80 €	-47,69 €	14,09 %	+ 5,89 €
Resultado antes de Depreciações	- 13.607,15 €	- 4.924,75 €	- 63,81 %	- 8.682,40 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-0,00 €	-467,95 €		+ 467,95 €
Resultado Operacional	- 13.607,15 €	- 5.392,70€	- 60,37 %	- 8.214,45 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-11,12 €	- 11,13 €	0,09 %	+ 0,01 €
Resultado Líquido do Período	- 13.618,27 €	- 5.403.83 €	- 60,32 %	- 8.214,44 €

Tabela 22 – Demonstração resultados de IPI

Os gastos representam 14,8 % do total de Gastos e 14,4 % dos rendimentos totais

Rendimentos e Gastos da Intervenção Precoce na Infância no ano de 2011 e 2012.

Descrição	2011	2012
Rendimento total anual	64.455,15 €	56.995,92 €
Rendimento médio mensal	5.371,26 €	4.749,66 €
Gasto total anual	78.073,42 €	62.359,75 €
Gasto médio mensal	6.506,11 €	5.196,64 €
Gasto médio mensal por criança	282,87 €	86,61 €
Comparticipação mensal por criança da Seg. Social	111,25 €	112,26 €

Tabela 23 – Rendimentos e gastos médios de IPI

7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL

Demonstração dos Resultados por Naturezas LAR Residencial				
Rendimentos e Gastos	2011	2012	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	43.575,50 €	44.683,18 €	2,54 %	+ 1.107,68 €
Subsídios, doações legados á exploração	143.875,92 €	141.111,38 €	- 1,92 %	- 2.764,54 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	- 8.026,70 €	- 13.265,41 €	65,27 %	+ 5.238,71 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 29.753,03 €	- 35.933,66 €	20,77 %	+ 6.180,63 €
Gastos com Pessoal	- 172.527,16 €	- 179.378,58 €	3,97 %	+ 6.851,42 €
Outros Rendimentos e Ganhos	5.187,40 €	5.564,97 €	7,28 %	+ 377,57€
Outros Gastos e Perdas	- 376,80 €	- 110,44 €	70,69 %	+ 266,36€
Resultado antes de Depreciações	- 18.044,87 €	- 37.328,56 €	106,87 %	+ 19.283,69 €
Gastos/Reversões de Depreciação	- 6.546,25 €	- 3.952,60 €	- 39,62 %	- 2.593,65 €
Resultado Operacional	- 24.591,12 €	- 41.281,16 €	67,87 %	+ 16.690,04 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Juros e Gastos Similares Suportados	- 25,75 €	- 25,78 €	0,12 %	0,03 €
Resultado Líquido do Período	- 24.616,87 €	- 41.306,94 €	67,80%	+ 16.690,07€

Tabela 24 – Demonstração resultados LAR

Os gastos representam 55,2 % do total de Gastos e 48,6 % dos rendimentos totais

Rendimentos e Gastos do Lar Residencial no ano de 2011 e 2012.

Descrição	2011	2012
Rendimento total anual	192.638,82 €	191.359,53 €
Rendimento médio mensal	16.053,23 €	15.946,62 €
Gasto total anual	217.255,69 €	232.666,47 €
Gasto médio mensal	18.104,64 €	19.355,53 €
Gasto médio mensal por cliente	1.508,72 €	1.612,61 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	934,66 €	943,04 €

Tabela 25 – Rendimentos e gastos médios do Lar

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Comparação entre a execução e o orçamento de 2012 relativamente aos Gastos.

Contas	Execução 2012	Orçamento 2012	Desvio valor	Desvio %
Custo Mercadorias Vendidas	20.744,03 €	13.800,00 €	6.944,03 €	50,3 %
Fornecimentos e serviços externos	64.381,52 €	59.110,00 €	5.271,52 €	8,9 %
Gastos com pessoal	312.605,29 €	309.330,00 €	3.275,29 €	1,0 %
Gastos de depreciação e amortização	8.198,51 €	8.152,71 €	45,80 €	0,5 %
Perdas por imparidade	132,00 €	0,00 €	132,00 €	100,0 %
Provisões	14.484,67 €	0,00 €	14.484,67 €	100,0 %
Outros gastos e perdas	251,00 €	1.220,00 €	- 1.161,42 €	- 95,2 %
Gastos e perdas de financiamento	58,58 €	200,00 €	- 141,42 €	- 241,4 %
Totais	420.855,60 €	391.812,71 €	29.042,89 €	+ 7,5 %

Tabela 26 – Comparação da execução dos gastos com o orçamento

No quadro acima apresentado temos a composição da estrutura dos gastos, entre o que foi orçamentado para o ano de 2012 e o realizado durante o mesmo ano, com o apuramento das respetivas diferenças.

Na globalidade dos gastos podemos constatar que no conjunto de todas as contas a diferença apurada entre o que foi orçamentado e o realizado para o ano de 2012 atingiu um valor de 29.042,89 € que se traduz num aumento de 7,5% aproximadamente.

A conta de custos de mercadorias vendidas apresenta um aumento na ordem do 50%, em relação ao que foi orçamentado devido ao aumento dos produtos e bens, da alteração do método de compra e ao facto de todos os colaboradores passarem a efetuar as refeições na AFPAD a partir do mês de Outubro, como já foi referido.

A conta de fornecimentos e serviços externos apresenta um aumento na ordem dos 9% em relação ao que foi orçamentado para o referido ano.

A conta de gastos com o pessoal apresenta um ligeiro aumento em cerca de 1% em relação ao que foi orçamentado

A conta de Provisões apresenta o valor de 14.484,67 €, em que esta verba não foi orçamentada por não ser conhecida o desfecho do processo a correr no tribunal à data da apresentação do orçamento.

As restantes contas não apresentam diferenças em valor significativas no conjunto dos gastos.

Comparação entre a execução e o orçamento de 2012 relativamente aos Rendimentos

Contas	Execução 2012	Orçamento 2012	Desvio valor	Desvio %
Vendas	1.552,85 €	1.000,00 €	552,85 €	55,29 %
Prestações de serviços	64.209,00 €	61.238,00 €	2.971,00 €	4,85 %
Subsídios, Doações e Legados	314.697,81 €	327.486,99 €	- 12.789,18 €	- 3,91 %
Outros Rendimentos e Ganhos	12.851,36 €	7.500,00 €	5.351,36 €	71,35 %
Totais	393.311,02 €	397.224,99 €	- 3.913,97	1,00 %

Tabela 27 – Comparação da execução dos rendimentos com o orçamento

Como se pode verificar na tabela apresentado relativamente aos rendimentos, podemos verificar que os valores orçamentados e os valores realizados durante o ano de 2012 apresentam uma variação em cerca de 1% o que significa que é muito reduzida.

Podemos afirmar que em termos de valor a diferença apurada é verificada na conta de subsídios, que apresenta uma variação de aproximadamente 4% e que se deve ao facto de não ter sido atribuído o subsídio da Camara Municipal na ordem do 10.000,00 € como vem sido habitual.

CAPITULO VI - DIVERSOS

1. CONCLUSÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem conseguido vencer todas as diversidades quer por conjunturas Nacionais quer por conjunturas Internacionais, internas e/ou externas onde se apresenta com o mesmo rigor e confiança no futuro.

O relatório aqui apresentado pretende divulgar toda a informação considerada apropriada para a análise da atividade exercida durante o ano de 2012, que foi desenvolvida de acordo com o esperado para o seu normal funcionamento e toda a informação económica financeira para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade com o objetivo de que essa informação seja útil a uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões.

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo (periodização económica), consistência de apresentação, materialidade e agregação, informação comparativa, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à deficiência.

Pela análise económica e financeira criteriosamente efetuada com base nos vários instrumentos e peças contabilísticas, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conseguiu atingir os seus objetivos e estratégias traçadas para o ano de 2012 na sua globalidade e da forma que foi possível, contribuindo para esse facto o empenho e a dedicação de todos quanto colaboraram de uma ou de outra forma com a Associação.

2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência contraiu no ano de 2012 um empréstimo no valor de 15.000,00 € para fazer face a dificuldades de tesouraria e que o regularizou no final do mês de Dezembro de 2012.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência durante o ano de 2012 cumpriu na íntegra com todas as suas obrigações fiscais e legais.

À data de 31 de Dezembro de 2012, não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública, tendo obtido a declaração da situação contributiva perante a Segurança Social e a declaração da situação tributária regularizadas perante este organismo.

Durante o corrente ano foi entregue via internet nas respetivas entidades, o relatório único ao abrigo da portaria n.º 55/2010 publicado no Diário da República n.º 14, 1 Série, de 21 de Janeiro de 2010, que inclui o Balanço Social, Anexo A – Quadro de Pessoal, Anexo B – Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores, Anexo C – Relatório Anual da Formação Contínua e o Anexo D – Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Anexo E Greves, Anexo F – Informação sobre prestadores de serviços, enviado ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi enviado ao Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos, o modelo 25 referente aos donativos em géneros e em moeda monetária e o modelo 10, referente aos rendimentos e retenções na fonte de IRS do trabalho dependente e independente

À data de 31 de Dezembro de 2012, não se verificou qualquer registo no livro de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro.

Os vencimentos referentes ao mês de Dezembro foram pagos ou postos à disposição dos colaboradores no mês de Janeiro de 2013, devido a dificuldades de tesouraria.

No ano de 2012 não existiram reclamações e registou-se apenas 3 sugestões, sendo duas do Lar Residencial e uma do Centro de Atividades Ocupacionais.

3. PERSPETIVAS D EVOLUÇÃO

Para o próximo ano e seguintes, perspectiva-se que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência mantenha um ritmo de crescimento e desenvolvimento sustentado, de acordo e em função das oportunidades que possam surgir, com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia no desenvolvimento das suas atividades e o reforço à qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Também se espera que venha a cumprir com todos os projetos que assumiu no passado e/ou venha a assumir no futuro, em prol de um serviço que vá de encontro às expectativas dos seus clientes e que lhes possa proporcionar a melhor qualidade de vida desejada para todos os intervenientes.

Efetuada a avaliação pelo órgão de gestão sobre toda a informação aqui disponibilizada que considera que é apropriada é de parecer pela continuidade da entidade sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir desta data.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2012

No início de Janeiro foi contraído um empréstimo no valor de 15.000,00 € para fazer face a dificuldades de tesouraria.

No dia 06 de Fevereiro de 2013 foi obtido o empréstimo bancário da instituição banco espirito santo (BES) no valor de 35.000,00 € a pagar em 36 meses.

A partir desta data efetuaram-se as regularizações de pagamentos que se encontravam em atraso relativamente ao pessoal e aos fornecedores.

Até à presente data não ocorreram outros factos materialmente relevantes que deem lugar a ajustamentos ou que possam afetar a posição das demonstrações financeiras do ano de 2012.

5. REFERENCIAS FINAIS

A Direção da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboram para o desenvolvimento da atividade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, designadamente clientes e significativos, Instituto da Segurança Social de Braga, Município de Vila Nova de Famalicão, fornecedores, instituições financeiras, e demais entidades públicas e privadas, assim como o empenho e confiança dos seus associados no acompanhamento da evolução da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, durante o ano de 2012.

A direção expressa ainda o seu reconhecimento a todos os colaboradores da Associação, cujo esforço, decisão e competência contribuíram para os resultados alcançados no ano findo.

Os agradecimentos da direção são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a AFPAD.

Por último, uma palavra especial de agradecimento aos nossos clientes, parceiros sociais pela preferência e confiança que em nós depositam e a todos os Colaboradores da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrados.

Vila Nova de Famalicão, 22 de Março de 2013

A DIREÇÃO:

Presidente:	Mário da Costa Martins
Tesoureiro:	António José Abreu Fonseca Carvalho
Secretária:	Andreia Lidânia da Cunha Faria



**ASSOCIAÇÃO FAMALICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

Rua António Sérgio, 103
4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

www.afpad.org